

# **MULHERES NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO BRASIL: UM PROCESSO DECOLONIAL DO SABER**

*WOMEN IN STRICTO SENSU GRADUATE PROGRAMS IN BRAZIL: A  
DECOLONIAL PROCESS OF KNOWLEDGE*

*LAS MUJERES EN LOS PROGRAMAS DE POSTGRADO STRICTO SENSU  
EN BRASIL: UN PROCESO DECOLONIAL DE CONOCIMIENTO*

## **JACKELINE MACIEL DE AZEVEDO**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Juazeiro – BA.

[jackmaaciel@gmail.com](mailto:jackmaaciel@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-6018-8373>

## **HANNA KAROLINY FEITOSA BARBOSA**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Juazeiro – BA.

[karollinyhanna@gmail.com](mailto:karollinyhanna@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-1638-6131>

## **MARCIA GUENA**

Doutora em História pela Universidad Complutense de Madrid (UCM). Professora na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Juazeiro – BA.

[mguena@uneb.br](mailto:mguena@uneb.br)

<https://orcid.org/0009-0003-6462-6977>

Recebido em: 04/03/2022

Aceito em: 26/06/2024

Publicado em: 28/01/2025

### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo conhecer e analisar o perfil racial e de gênero das discentes nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil entre os anos de 2017 e 2020, a partir dos dados disponibilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com enfoque na discussão de raça e gênero aplicando a óptica da interseccionalidade. Assim, partindo desses indicadores, realizou-se um mapeamento do quantitativo de mulheres brancas, pardas e pretas que estão nesses programas. Tendo a finalidade de identificar possíveis influências de fatores relativos ao gênero e ao pertencimento racial na ocupação desse ambiente formativo, que historicamente se firmou enquanto espaço da ciência preponderantemente eurocêntrico. Para tanto, utilizou-se uma abordagem qualitativa, com revisão de literatura à luz das discussões de Crenshaw, Grosfoguel, Lugones, Maldonado-Torres,

Perrot, Gonzalez, Carneiro, Bento, Santos, entre outras. Os resultados observados apontam que o conhecimento científico, a partir do viés de gênero e raça, assume, paulatinamente, um processo decolonial provocado pelas mudanças paradigmáticas acerca do papel da mulher na produção do saber acadêmico.

**Palavras-chave:** Pós-graduação; Mulher; Gênero; Raça; Interseccionalidade.

### **Abstract**

This article aims to understand and analyze the racial and gender profile of students in *Stricto sensu* Postgraduate Programs in Brazil between the years 2017 and 2020, based on data made available by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel focusing on the discussion of race and gender applying the perspective of intersectionality. Thus, based on these indicators, a mapping was carried out of the number of white, brown and black women who are in these programs. With the purpose of identifying possible influences of factors related to gender and racial belonging in the occupation of this training environment, which has historically established itself as a preponderant space of science composed predominantly Eurocentric. To this end, a qualitative approach was used, with a literature review in light of discussions by Crenshaw, Grosfoguel, Lugones, Maldonado-Torres, Perrot, Gonzalez, Carneiro; Bento; Santos, among others. The results observed indicate that scientific knowledge, from a gender and race perspective, gradually assumes a decolonial process caused by paradigmatic changes regarding the role of women in the production of academic knowledge.

**Keywords:** Postgraduate; Woman; Gender; Race; Intersectionality.

### **Resumen**

Este artículo tiene como objetivo comprender y analizar el perfil racial y de género de los estudiantes de Programas de Postgrado Estricto sensu en Brasil entre los años 2017 y 2020, a partir de datos puestos a disposición por la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior con foco en la discusión sobre raza y género aplicando la perspectiva de la interseccionalidad. Así, a partir de estos indicadores se realizó un mapeo del número de mujeres blancas, pardas y negras que se encuentran en estos programas. Con el propósito de identificar posibles influencias de factores relacionados con el género y la pertenencia racial en la ocupación de este ámbito formativo, que históricamente se ha consolidado como un espacio predominantemente eurocéntrico. Para ello se utilizó un enfoque cualitativo, con una revisión de la literatura a la luz de las discusiones de Crenshaw, Grosfoguel, Lugones, Maldonado-Torres, Perrot, González, Carneiro; Bento; Santos, entre otros. Los resultados observados indican que el conocimiento científico, desde una perspectiva de género y raza, asume paulatinamente un proceso decolonial provocado por cambios paradigmáticos respecto del papel de las mujeres en la producción de conocimiento académico.

**Palabras clave:** Posgrado; Mujer; Género; Raza, Interseccionalidad.

## **1 Introdução**

---

Durante o período moderno, o corpo feminino foi limitado aos afazeres domésticos e ao matrimônio, restringindo a sua participação na economia, na política e na produção da ciência, pois o poder masculino tomava para si o direito de acesso e atuações nos espaços decisórios da sociedade. Tais delimitações existentes no mundo social e simbólico estão

vinculadas às relações de poder, que hierarquizam os sujeitos a partir das diferenças étnicas-raciais, de gênero, econômicas, entre outras.

Esse longo processo, sustentado pelo pilar do patriarcado, construiu um imaginário sociocultural que atribuiu o fazer científico a sujeitas(os)<sup>1</sup> e ditou quem tinha direito de ter a ciência para si, delegando à mulher, principalmente à mulher negra – parda e preta, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) –, o papel de subserviência, uma vez que a sua existência fora invisibilizada pela escravização e pós-escravidão, tardando, assim, o acesso à educação e ascensão social. Desse modo, esse imaginário não se limitou aos lares, mas construiu uma noosfera que se estendeu à ciência e à produção do conhecimento científico. Para Morin (2000), a noosfera está ligada aos símbolos e às ideias, mas não só isso: esse fenômeno reverbera nas atitudes concretas. Sendo assim, a ideia de que a mulher deve estar a serviço das resoluções cotidianas do lar a impede de realizar outras atividades.

Com o decorrer dos anos, principalmente a partir das lutas e reivindicações dos movimentos sociais, a pauta sobre a mulher, sobretudo a mulher negra, tem conquistado visibilidade gradativamente, sendo ressignificado alguns dos papéis que foram impostos a ela. Nesse sentido, se faz necessário analisar se esse processo de mudanças incidiu no ingresso das mulheres nos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, entre os anos de 2017 e 2020, sendo consideradas, nesta pesquisa, as interseccionalidades presentes.

Embora a conquista de outros papéis sociais pela mulher, ao olhar para a especificidade da mulher negra, tais direitos ainda não foram plenamente alcançados em decorrência das várias formas de incidência do racismo. Logo, ao discutir a presença ou ausência das(os) sujeitas(os) nesses programas, se faz necessária a problematização das questões de gênero, étnico-raciais, sociais, culturais e políticas estruturadas a partir do racismo e do poder nas relações econômicas.

Com o processo moderno-colonial e a consequente colonialidade do ser, do poder e do saber (Silva, 2013), sustentado pelo capitalismo, legitima-se um referencial masculino, branco e europeu, que coloca outras existências à margem. Compreender o processo social no qual a mulher foi construída gera subsídios na leitura da realidade sobre a presença feminina, ou sua ausência, em ambientes de produção do saber no âmbito dos conhecimentos científicos. Assim, este artigo tem como objetivo abordar e discutir a presença das mulheres na pós-graduação

---

<sup>1</sup> Aqui adotamos a palavra “sujeita”, mesmo sabendo que essa palavra, em português, não flexiona o gênero. Assim o fizemos, seguindo o mesmo argumento de Grada Kilomba (2019), pois acreditamos que é uma forma de confrontar a violência de gênero presente também na língua.

*stricto sensu* no Brasil, entre os anos 2017 e 2020, à luz das movimentações paradigmáticas, como um processo decolonial, visto que não há como dissociar a percepção sobre o que é ciência e de quem pode fazê-la.

Para tanto, esta pesquisa utiliza dados fornecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de 2017 a 2020, que foram sistematizados em gráficos. Além disso, para compreender a presença das mulheres nesses espaços acadêmicos no Brasil e o cenário social estruturante que perpassa a presença feminina na construção do saber acadêmico, serão utilizados os referenciais teóricos de pensadoras feministas brasileiras e estadunidenses, muitas delas negras, como Crenshaw (2002), Gonzalez (2020), Santos (2022), Carneiro (2023), Bento (2022) e Lugones (2008, 2014), priorizando a fala de quem é atravessada pelas opressões, em uma perspectiva decolonial de combate ao epistemicídio. Também utilizaremos autores homens que contribuem para o debate em questão, como Almeida (2019), Caraça (2006), Grosfoguel (2018), Kuhn (2013), Maldonado-Torres (2018), Morin (2000), Perrot (2007), Tabak (2003), entre outros.

Este artigo está disposto da seguinte forma: discussão acerca da (in)visibilidade da mulher na produção científica desde a Idade Média e o processo excludente da escolarização feminina no Brasil; a colonialidade do poder e saber feminino; as mudanças a partir dos movimentos sociais na pauta da mulher, que é atravessada por interseccionalidades, como é possível visualizar a partir dos dados disponibilizados pela CAPES, o que leva a pensar a respeito do dispositivo de racialidade existente; e, por último, o ingresso das mulheres enquanto processo decolonial e de combate ao epistemicídio nos ambientes acadêmicos brasileiros.

## 2 Metodologia

---

Para a discussão e análise proposta por este artigo acerca da presença das mulheres nos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil entre os anos de 2017 e 2020, foi necessário a coleta de dados macros dos(as) discentes matriculados(as) e de subsídios teóricos para as reflexões. Resultando em uma pesquisa de natureza qualitativa, corroborando na compreensão do cenário atual que levou a presença, ou ausência, das mulheres nos programas de pós-graduação, tanto em nível teórico quanto explícito em dados numéricos.

Além disso, segundo Lüdke e André (2022, p. 53), “analisar os dados qualitativos significa ‘trabalhar’ todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação [...], as análises de documentos e as demais informações disponíveis”. Nesse sentido, foi

possível utilizar os dados fornecidos pela CAPES como indicadores na compreensão do contexto que levou a tal realidade retratada.

Para tanto, esses dados foram solicitados diretamente à Gestão de Dados da Diretoria de Avaliação da CAPES e recebidos via e-mail, pois na época do levantamento (junho de 2023) não estavam disponíveis no site as informações referentes ao recorte étnico-racial por sexo dos discentes na pós-graduação. E, atualmente, os dados que estão dispostos no site da entidade utilizam outras variáveis e estruturação das que foram enviadas às autoras.

Escolhemos o período de 2017 a 2020, pois marca o início, na CAPES, da coleta de dados referente à “raça declarada” pelos discentes dos programas *stricto sensu* no Brasil. Enquanto a coleta referente ao gênero só foi disponibilizada até 2020, no espaço de realização dessa pesquisa.

Para a visualização desses dados, foram elaborados indicadores por meio de gráficos, sendo: Gráfico 1 – Discentes na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (2017-2020); Gráfico 2: Discentes do sexo feminino e raças autodeclaradas na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (2017 – 2020); Gráfico 3: Percentual de discentes do sexo feminino autodeclaradas brancas, pardas e pretas na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (2017 a 2020).

Nesta pesquisa, consideramos as categorias de autodeclaração pardas e pretas, consideradas como negras, seguindo os parâmetros do IBGE. É importante destacar que dentro do quantitativo fornecido, há aqueles que não informaram seu gênero ou raça, não sendo computados dentro desta investigação.

Desse modo, para auxiliar na leitura crítica-reflexiva dos dados, será utilizado uma revisão de literatura com autores e autoras que abordam temas como: raça, gênero, interseccionalidade, colonialidade e decolonialidade, conceitos-chaves para a compreensão do percurso que levou a atual presença do gênero feminino, considerando os aspectos hierarquizantes da dimensão étnico-racial, na pós-graduação brasileira.

### **3 A escolaridade feminina: o processo de invisibilidade desde a ciência moderna**

---

Ao discutir o processo de constituição da mulher dentro de programas de mestrado e doutorado no Brasil, também é necessário levar em consideração as influências do contexto histórico-social, pois, segundo Caraça (2006, p. 184), “[...] na realidade, cada época cria os

seus modelos e organiza os saberes de acordo com o contexto societal que lhes serve de suporte”. Assim, a presença ou ausência da mulher em espaços como esses estão imbricadas a um modelo de sociedade.

A revolução científica, entre os séculos XVI e XVII, foi um grande marco no desenvolvimento da ciência demarcada pelo distanciamento entre a igreja e a produção dos saberes. A ciência moderna se consolidou, ao passar dos séculos, a partir de uma nova racionalidade: a cartesiana, na qual o conhecimento era quantificável e metodologicamente compreendido por meio de leis. Mas, para além de suas disposições metodológicas, também havia a predominância dos sujeitos que faziam essa ciência, como René Descartes, Francis Bacon e John Locke, exemplos de cientistas da época, mas que tinham características semelhantes: homens, brancos e europeus.

Nesse sentido, para compreender como ocorreu a construção do papel da mulher na sociedade, vale lembrar das perseguições feitas pela igreja, que considerava bruxaria os conhecimentos que as mulheres tinham a respeito da natureza. Com as mudanças a partir da revolução científica, do modo cartesiano de pensar sobre a natureza e os objetos, a prática da inquisição foi cessada e se iniciou um novo sentimento: o entusiasmo das mulheres. Entretanto, foi perpetuada uma outra maneira de desqualificação dos seus saberes, pois, conforme aponta a autora Tosi (1998, p. 378):

Diversos livros de vulgarização especialmente dedicados às mulheres foram publicados nesse período. Os conhecimentos fornecidos por essas obras permitiam às mulheres agir, no melhor dos casos, como interlocutoras atenciosas nas conversas dos salões, onde as novas descobertas científicas eram tema de discussões mundanas.

Desse modo, apesar de a ciência moderna se autointitular transformadora, objetiva e neutra, ao analisar os perfis dos cientistas que tiveram suas contribuições legitimadas, é possível perceber que a inquisição foi mesmo interrompida, no entanto, a mulher continuou inferiorizada no processo de legitimação de seus saberes científicos. Assim, as grandes transformações que serviram como base para a constituição das novas relações sociais e das futuras ciências continuaram inviabilizando o conhecimento das mulheres e destinando-as ao papel de coadjuvante no mundo masculino.

Ademais, concernente à discussão da presença das mulheres na pós-graduação no Brasil, é necessário fazer uma aproximação com o processo histórico do ingresso de mulheres no sistema educativo, pois, segundo a autora Stamatto (2002), o percurso de escolaridade

feminina no Brasil foi marcado por limitações, familiares e legislativas, nas quais, desde o Brasil Colônia, a mulher sofria restrições de acesso aos espaços escolares. O ingresso na escola ocorreu de forma paulatina, entretanto, havia para as mulheres um currículo diferenciado, com disciplinas específicas voltadas aos cuidados domésticos, limitando o processo de escolarização.

Ao decorrer do século XIX e XX, com a criação de novos espaços escolares e com a implementação do magistério, as restrições para as mulheres foram diminuídas, mas não eliminadas. As formações recebidas reforçaram a ideia de uma *vocação feminina* para o ensino voltado a instruções ao matrimônio, numa ideia de segregação dos afazeres femininos e masculinos. Nesse contexto, a restrição do acesso à escola também era perpassada por questões étnicas-raciais. Stamatto (2002) aponta essas diferenças de acesso entre as mulheres brancas, negras e indígenas. Se as mulheres brancas eram preparadas para o matrimônio e podiam ter algum acesso à escola, às mulheres negras e indígenas era destinado apenas o espaço do trabalho, permeado, desde os primeiros anos da colonização, por extrema violência e negação de participação feminina nos espaços públicos.

Nesse sentido, o acesso feminino tardio à escolaridade, somado a currículos distintos entre os gêneros na escola básica, leva a implicações no acesso às universidades brasileiras, sendo passível de questionamentos a respeito da posição social, econômica e da área de atuação de mulheres no acesso dessas universidades. De acordo com a pesquisadora Venturini (2017, p. 13):

[...] as mulheres representam a maioria dos concluintes de cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), mas a maior parte dos cargos de docência continuam sendo ocupados por homens. Além disso, nota-se que ainda há áreas que se destacam historicamente como redutos masculinos, especialmente aqueles ligados à área tecnológica, tais como as Engenharias e as Ciências Exatas e da Terra.

Nas linhas dessas ideias, as pesquisadoras e educadoras Moraes, Silva e Sieber (2024) reforçam essa discussão com dados que mostram uma taxa de analfabetismo feminina com redução acentuada na mudança do século XX para o XXI, ou seja, há mais mulheres na escola com currículos que não reforçam papéis de segregação entre os gêneros. No entanto, as autoras levantam um questionamento sobre quais mulheres acessam esses espaços formativos diante das intersecções étnico-raciais, pois ainda há perpetuação de um cenário de disparidade.

### 3.1. A colonialidade do poder e os saberes femininos

---

A colonialidade está vinculada à formação de identidade e das relações sociais estabelecidas entre os(as) sujeitos(as). Silva (2013) aponta que a modernidade-colonialidade determina a forma de subjugação dos seres por meio do poder ao se estabelecer uma raça superior; a colonialidade do saber está relacionada à classificação dos conhecimentos; colonialidade do ser, referente à negação de existência de outros sujeitos; e por último, a colonialidade da natureza está ligada ao estabelecimento de uma relação de exploração entre sujeito-natureza. Essa lógica de dominação ocorre sobretudo na modernidade, devido ao estabelecimento da dicotomia civilização/selvagem, pois, segundo Maldonado-Torres (2018), a articulação desses tipos de colonialidade produziu as lógicas da legitimação da sociedade ocidental moderna.

Percebe-se que o processo de colonização sobre um povo, ou um/a sujeito/a, vai além da usurpação de terras, exploração de mão de obra e povoamento; se ramifica para o consciente e inconsciente dos sujeitos, construindo uma camada no imaginário, a qual se manifesta por meio de ações concretas. Assim ocorre o processo de colonialidade, que permanece apesar da descolonização do espaço físico e que se concretizou no período da modernidade.

O conceito de colonialidade como forma de poder aborda o racismo enquanto “princípio organizador ou uma lógica estruturante de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade” (Grosfoguel, 2018, p. 67). Desse ponto de vista, o racismo se caracteriza por uma visão de hierarquia entre sujeitos por meio do preconceito e da discriminação com base na invenção da raça e em outros aspectos que os caracterizam.

Ademais, outro aspecto dessa discussão são as relações de ordens sociais e econômicas. Conforme Almeida (2019, p. 28) propõe, “o racismo não se separa de um projeto político e de condições socioeconômicas específicas” que, aliadas aos tipos de colonialidade, estabelecem uma relação de poder entre quem e o quê são visibilizados, ou não, dentro de um modelo de sociedade capitalista, e conforme aponta Mignolo (2017, p. 2) “não há modernidade sem colonialidade”, devido às relações exploratórias que o sustentam.

Ao analisar as formas com que as relações foram estabelecidas entre os gêneros, as etnias e as raças na modernidade, é possível visualizar uma diferença entre os seres que construíram um pilar que se desdobraria no imaginário e nas relações da sociedade: o patriarcado. Segundo a pesquisadora e estudiosa Lugones (2014, p. 936), “o homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o

governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão”. Dessa maneira, enquanto o homem se debruçava na política, ciência e economia, exercendo seus direitos e governando a partir de uma razão, à mulher era destinado cuidar dos serviços domésticos e permanecer a serviço da masculinidade europeia burguesa.

### *3.1.2. Conceitos que se aproximam: interseccionalidade, dispositivo de racialidade e decolonialidade*

---

Esse cenário retrata como a colonialidade se desdobrou sobre o ser e o corpo da mulher, construindo papéis de manutenção do pilar patriarcal. Além disso, dentro desse contexto das distintas colonialidades, existem também outros fatores que irão fazer intersecções sobre elas, acentuando sua marginalização social. Enquanto a mulher branca estava lutando por espaço dentro da academia, a mulher negra ainda lutava por ser reconhecida enquanto um ser de direitos.

Para compreender as sobreposições de opressões que incidem sobre as mulheres, e mais particularmente sobre as mulheres negras, é fundamental discutir o conceito de interseccionalidade, o qual é abordado pela pesquisadora e ativista Kimberlé Williams Crenshaw (2002), uma das principais pensadoras da teoria crítica da raça nos Estados Unidos, um de seus maiores expoentes. A pesquisadora recorre à figura de uma encruzilhada para demonstrar a diversidade de exclusões a que podem passar diferentes mulheres. Disso surge a ideia de intersecção. Por meio dessa figura, Crenshaw discute as diferentes opressões a que uma pessoa está submetida. Caso seja uma mulher branca, ela enfrentará o machismo, o patriarcalismo e ainda poderá enfrentar questões de classe. Se for uma mulher negra, ela fatalmente será atravessada por mais opressões, como o racismo e todos os seus tentáculos, o que lhe confere grande desvantagem. Crenshaw (2002, p. 177) afirma que:

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

No Brasil, a articulação gênero, raça e classe para a compreensão da condição da mulher negra já estava presente no discurso da filósofa, feminista negra e cofundadora do

Movimento Negro Unificado (MNU), Lélia Gonzalez (2020), ainda que esse pensamento não houvesse recebido a denominação do conceito amplamente conhecido e utilizado de “interseccionalidade” no debate de gênero. Ceres Santos (2022) chama a atenção para o fato de que Lélia Gonzalez já se articulava e dialogava, na década de 80, com as pensadoras negras estadunidenses Patrícia Hill Collins, Crenshaw e Angela Davis, fazendo uma importante conexão que contribuiria para o rompimento com o epistemicídio.

Para isso, Gonzalez rompe, na década de 70, com o movimento feminista branco diante da dificuldade das ativistas negras em aceitar que as questões de gênero, para as mulheres negras, ocorrem de forma combinada com a raça. A autora lança a sua proposta de amefricanidade a partir de sua percepção de que a luta das mulheres negras na diáspora ocorre associada com a luta das mulheres indígenas, com os povos originários. Assim, Lélia Gonzalez (2020, p. 412) afirma que:

o feminismo latino-americano perde muito de sua força abstraindo um fato de maior importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região. Lidar, por exemplo, com a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com a correspondente ao nível racial é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco.

O conceito de “dispositivo de racialidade”, de Sueli Carneiro (2023), também discutirá as estruturas da colonialidade-modernidade que impõe subalternidade às mulheres negras. Inspirando-se no conceito de “dispositivo”, de Foucault, a autora brasileira afirma que o “dispositivo de racialidade” opera de forma múltipla, produzindo “poderes, saberes e subjetividades” (Carneiro, 2023, p. 12) para a total subjugação dos povos racializados. A autora recorre à dimensão ontológica que subjaz esse conceito, pois formula que “o ser das pessoas brancas se dá pela negação do ser das pessoas negras” (Carneiro, 2023, p. 12). Instrumentalizando a ideia de dispositivo de racialidade está o biopoder, muito bem definido por Carneiro (2023, p. 12):

[...] combinado ao racismo, o biopoder promove a vida da raça considerada mais sadia e mais pura e promove a morte da raça considerada inferior, afinal, como diz Foucault, “a função assassina do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione, no modo do biopoder, pelo racismo”.

A morte a que a autora se refere não é apenas a morte física, mas das subjetividades, da cultura, dos saberes. Assim, o epistemicídio se configura como uma das formas de assujeitamento impostas pelo dispositivo de racialidade: “que é uma forma de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão — as pessoas negras são anuladas enquanto sujeitos do conhecimento e inferiorizadas intelectualmente” (Carneiro, 2023, p. 13).

O dispositivo de racialidade dialoga com o conceito de “pacto da branquitude” de outra feminista, a psicóloga negra e brasileira Cida Bento (2022). A autora defende a ideia de que as instituições transmitem um *modus operandi* homogêneo no que se refere a procedimentos e valores, baseando-se na meritocracia para justificar a contratação majoritária de homens brancos. Isso configura a dominação secular, perpetuando um pacto não escrito, mas praticado pelas elites brancas (Bento, 2022).

Este é o pacto, o acordo tácito, o contrato subjetivo não verbalizado: as novas gerações podem ser beneficiárias de tudo que foi acumulado, mas têm que se comprometer “tacitamente” a aumentar o legado e transmitir para as gerações seguintes, fortalecendo seu grupo no lugar de privilégio, que é transmitido como se fosse exclusivamente mérito. E no mesmo processo excluir os outros grupos “não iguais” ou não suficientemente meritosos (Bento, 2022, p. 15).

Cida Bento (2022, p. 12) esmiúça a ideia de mérito, destacando que o senso comum o vincula a “habilidades intrínsecas de uma pessoa”, relacionadas ao seu esforço individual, sem qualquer relação com a história social do grupo ao qual o indivíduo pertence. Essa perspectiva também nos ajuda a pensar os dados da CAPES, pois, como instituição de fomento à pesquisa, tem elaborado critérios meritocráticos, pouco atenta às diferenças territoriais, de gênero ou raça, acompanhando de forma mínima as políticas públicas em curso para esses grupos. Bento (2022) enfatiza que as instituições no Brasil têm organizado as suas estratégias a partir do conceito de meritocracia, sem que as opressões históricas que recaem sobre os grupos subalternizados tenham qualquer peso em suas decisões, mantendo, portanto, as hierarquias historicamente instituídas.

Há muitos anos as opressões impostas pela modernidade-colonialidade aos chamados grupos subalternizados e racializados estão sendo denunciadas e refletidas por vários teóricos, como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Angela Davis, Malcolm X e, no nosso caso, Lélia Gonzalez (2018), que deixou uma importante contribuição para se pensar o papel da mulher negra na colonialidade. Os pensadores da decolonialidade têm condensado muitas dessas ideias e aportado outras, que, como aponta Grosfoguel (2018), não são novas, mas ganharam expressão sob esse guarda-chuva – da decolonialidade – que não pode ser carregado sem que as e os intelectuais que o antecederam sejam mencionados.

Nesse sentido, o conceito de colonialidade do poder, fortemente trabalhado por Aníbal Quijano (2015), um dos principais nomes do pensamento decolonial na América Latina, nos é caro. O autor chama a atenção para a ideia de que raça, criação do colonialismo, engendrou

novas identidades como negros, “índios” (nomenclatura negada pelos povos indígenas), atribuindo uma divisão racial do trabalho, relegando os piores postos aos povos racializados.

Assim, esses conceitos devem ser considerados quando se pensa na condição da mulher negra no âmbito da pesquisa no contexto de um país colonizado com todas as permanências da colonialidade-modernidade. São ideias e propostas teóricas como as que expomos neste trabalho que formam o pensamento afrodiaspórico e decolonial das mulheres negras.

A mulher negra atravessa a história sob séculos de violências, subordinação e desigualdades que reverberam até hoje nos índices desiguais de acesso de toda população negra ao ensino superior, no acesso a cargos de chefia, na remuneração diferenciada (que coloca as mulheres negras na base da pirâmide salarial), entre inúmeros outros.

Recentemente, o Programa das Nações Unidas divulgou dados do relatório especial “Construir caminhos, pactuando novos horizontes” (c, 2024), que evidencia o acirramento das desigualdades sociais no Brasil, no período de 2012 a 2021, dificultando o desenvolvimento humano da maioria da população do país, em especial, na região Nordeste. O estudo indicou que o recorte populacional mais vulnerável do Brasil são as mulheres negras.

Consideradas a maior parcela populacional, em 2021, chegando a 28,5%, essas mulheres recebem, apenas, 16% do total de rendimentos. Por sua vez, os homens negros ficam com 24,1%; as mulheres brancas, 24,7%; e os homens brancos, 35,1%. Afora a renda, o relatório evidencia outro dado de exclusão das mulheres negras: é o grupo com menos possibilidades de acessar a educação, principalmente, por sua entrada precoce no mercado de trabalho. É ainda o grupo mais exposto à violência e o que tem menor longevidade, fatores decorrentes do racismo estrutural e que mantém, há séculos, essas mulheres vulneráveis e com barreiras à mobilidade social.

### *3.1.3. Rupturas e o processo decolonial do ser mulher*

---

Apesar de todos esses conceitos nos remeterem a um cenário secular de opressões, o pensamento decolonial conclama a todas e todos a realizar o giro decolonial (Grosfoguel, 2018), combatendo as diversas formas de opressões. Sueli Carneiro (2023, p. 13) também finaliza o seu livro *Dispositivo de racialidade* com exemplos de resistência, “pois procura tratar também das resistências negras, apreendidas pela voz e pelo testemunho de pessoas insurgentes contra

a subordinação, o epistemicídio e demais ‘cídios’ aos quais se acha submetida a negritude no Brasil”.

Desse modo, é necessário compreender como ocorreu o processo de mudanças paradigmáticas na legitimação de outros sujeitos e epistemologias. Logo, preocupar-se em compreender o mundo a partir de uma óptica crítica, é algo historicamente visível nas várias reivindicações das mulheres, ao buscar inserir-se no espaço do saber abre um debate para criação de outros paradigmas, além do cartesiano. Por meio das revoluções científicas, como defende Kunh (2013, p. 56), ocorre “[...] a transição sucessiva de um paradigma para outro, por meio de uma revolução, é o padrão usual de desenvolvimento da ciência amadurecida”. Assim as mulheres ao ingressarem em espaços de produção do saber, como o ensino superior *stricto sensu*, aliada a um conjunto de outros fatores caminham para uma mudança de paradigma na ciência normal.

Nessa linha de mudanças, a mulher se autoafirmará enquanto produtora do saber científico, pois o que lhes faltavam eram oportunidades para o ingresso e permanência na universidade, que antes era constituída para e por homens em sua maioria brancos. Mulheres, sobretudo as negras, amarelas e indígenas, não tinham a oportunidade de seguir carreira acadêmica devido ao cenário posto de marginalização.

Nesse cenário, o primeiro deles é o patriarcado, que ditou uma divisão por gênero, desde a sua base, na qual a subserviência era destinada para as mulheres: mão de obra invisível, que exercia o cuidado e os afazeres domésticos irrefletidamente, o que não acontecia, geralmente, com os homens. Essas tarefas, culturalmente atribuídas às mulheres, fizeram com que fossem limitadas as possibilidades de participação feminina em outras funções, como em atividades científicas. Uma vez que:

*O direito ao saber, não somente à educação, mas à instrução, é certamente a mais antiga, a mais constante, a mais largamente compartilhada das reivindicações. Pois ela comanda tudo: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação, o prazer. Essa reivindicação se acompanha de um imenso esforço de apropriação: leitura, escrita, acesso à instrução (Perrot, 2007, p. 159).*

Assim, é possível perceber que o desejo de desempenhar outras funções e ter direito ao saber esteve presente nas reivindicações das mulheres, sendo possível observar, por exemplo, a culminância das discussões de feministas negras no I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1988, no Brasil, no qual uma das pautas foi o direito à educação, considerando-a um meio para a emancipação e promoção de justiça social e equidade (Silva,

2022) e tendo em vista que os corpos femininos, corpos femininos negros, também querem e podem ocupar outros espaços, entre eles, o espaço da legitimação do saber na produção da ciência.

Nesse sentido, a pós-graduação é um desses espaços de saberes almeçados e cada vez mais ocupado pelas mulheres brasileiras, porém ainda é marcado pelo dispositivo de racialidade, que dificulta o ingresso de mulheres negras nos programas de pós-graduação, como veremos abaixo. O maior acesso é reflexo das conquistas de alguns direitos pautados nas discussões e lutas por espaço nas esferas sociais, mas que ainda não reverberam nos segmentos historicamente subalternizados. Entretanto, há um caminho a ser percorrido, pois existem outras questões estruturantes e que estão diretamente ligadas à produção científica feminina, como noticiou a CAPES na matéria “Mulheres permanecem como maioria na pós-graduação brasileira”:

Ainda que o crescimento da participação feminina seja uma realidade, existe uma série de desafios para uma plena igualdade de gêneros, inclusive na ciência e na pós-graduação. Áreas do conhecimento tradicionalmente masculinas, como Engenharias, Computação e Ciências Exatas e da Terra continuam com a presença maciça de homens, ainda que a perspectiva apresentada com os números dos últimos 15 anos seja de maior igualdade nessa relação (CAPES, 2018).

Na ordem dessas ideias, evidencia-se que ainda há reflexos da predominância do fazer ciência em determinadas áreas. Além disso, outro desafio que se destaca é o poder socioeconômico, pois, por elas estarem historicamente à margem da economia direta, a permanência no espaço da pesquisa é quase inviável quando se é de classes menos favorecidas, que é o caso das mulheres negras e outras. Segundo o Relatório de Avaliação Quadrimestral da CAPES (2021), no ano de 2017, quando começou a coleta, houve um significativo número de 98.994 bolsas concedidas aos programas de pós-graduação no Brasil. Ademais, vale pontuar que a aplicação das cotas na pós-graduação é recente, sendo sancionada por meio da Lei n. 14.723, de 24 de maio de 2023 (CAPES, 2023), a qual atualiza o Art. 7 para englobar as etapas formativas no *stricto sensu*.

Portanto, espera-se que os programas reservem vagas e abarquem essa ampliação, visto que fomentos como esse potencializam a permanência de mulheres e demais públicos que se enquadram nos critérios de bolsista. Numa reportagem, com edição de Leila dos Santos e Sumaia Villela (Ribeiro, 2023), foram partilhados dados a respeito da diversidade racial na

ciência, em que mulheres negras e indígenas representam apenas 2,5% dos professores de pós-graduação, o que reforça a necessidade de políticas de ações afirmativas.

Nesse contexto, dentro da lógica dominante e de difícil acesso a locais de poder e, conseqüentemente, de ascensão econômica, gerações de mulheres majoritariamente brancas estiveram em situação de dependência financeira dos seus cônjuges ou pais; já as negras atuavam em serviços voltados ao cuidado de outras pessoas, como em casas de famílias, babás de crianças e idosos, empregos tidos como femininos, logo, desvalorizados financeiramente. Nesse sentido, a autora Tabak (2003, p. 16) aponta que, “nos cargos hierárquicos mais elevados das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa, predominam de maneira absoluta os homens – as mulheres se concentraram nas posições inferiores; são poucas aquelas que conseguem chegar ao topo”, ratificando a desigualdade existente, na qual os homens podiam ascender em suas carreiras com roupas limpas e bem passadas e sendo alimentados por essa mão de obra cuidadosa, invisível e explorada.

Nesse caso, a lacuna é ainda mais acentuada quando diz respeito ao acesso e à permanência das mulheres negras, indígenas, trans e ciganas, as quais são atravessadas por outras opressões ligadas à raça, etnia, gênero e território. Para analisar a questão, retomamos o conceito de interseccionalidade, pois revela as várias camadas de opressão que se sobrepõem às mulheres que ingressam na pesquisa no Brasil, pois há uma diversidade de existências que têm sido historicamente silenciadas.

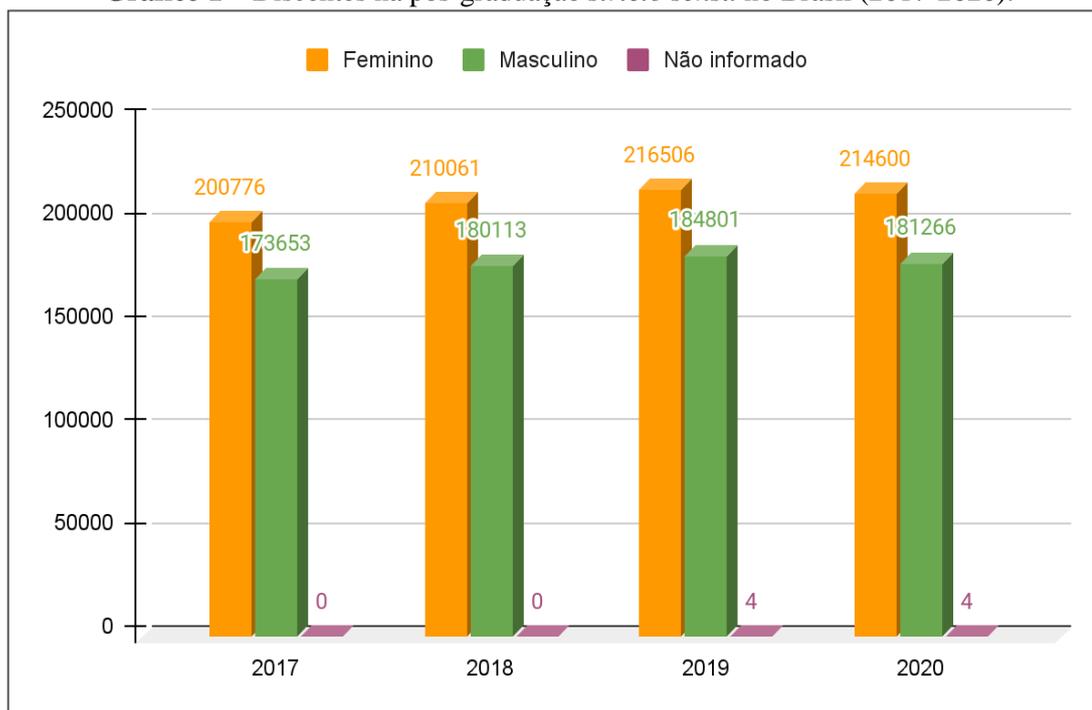
Dessa forma, a presença dessas mulheres e as suas existências perpassadas por interseccionalidades são cruciais para análises críticas, pois abrem espaço para mudança de pauta, refletindo a respeito da construção do papel da mulher na sociedade a partir de sua raça, classe social, sexualidade e gênero, corroborando o processo do giro decolonial, conforme nos aponta Grosfoguel (2018).

## 4 Resultados e discussões

---

Para analisar as implicações desse contexto de mudanças paradigmáticas no acesso das mulheres nos programas de mestrado e doutorado no Brasil, foi necessário investigar o perfil dos(as) discentes a partir dos parâmetros e conceitos supracitados. Assim, os dados fornecidos pela CAPES, entre os anos de 2017 e 2020, foram transformados em indicadores que apontam a atual disposição de acesso das mulheres ao *stricto sensu* no Brasil, utilizando um recorte de gênero e étnico-racial.

**Gráfico 1** – Discentes na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (2017-2020).



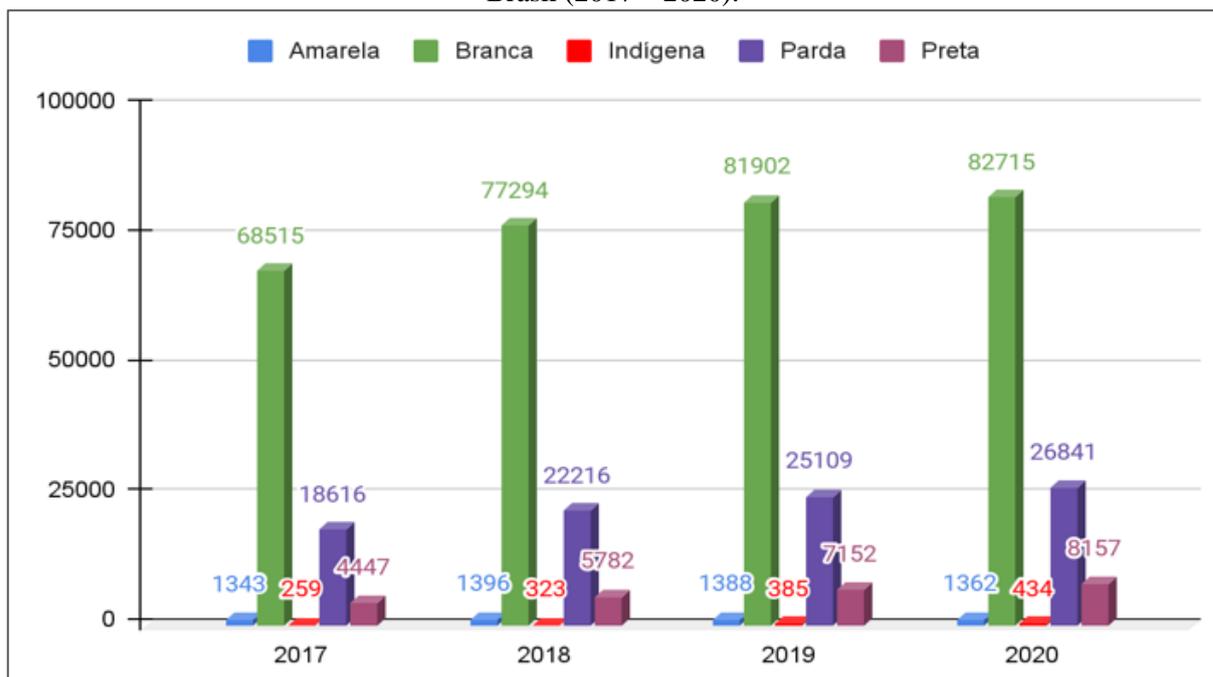
Fonte: Adaptado a partir dos dados da CAPES (2021).

No Gráfico 1 é possível observar a disposição por gênero no espaço da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. No ano de 2017, havia 27.123 mulheres a mais que homens; em 2018, contabilizaram-se 29.948; no ano de 2019, o número chegou a 31.705; enquanto o ano de 2020 teve o maior registro alcançado, com um total de 33.334. O aumento consecutivo ao longo dos quatro anos observados foi crescente e animador ao desvelar a ocupação do gênero feminino no espaço científico, que até poucas décadas atrás era predominantemente de presença masculina, pois, conforme já discutido por Venturini (2017), a presença das mulheres nas universidades era ínfima.

Assim, tais dados apontam, por meio dessa materialidade, que as reivindicações das lutas das mulheres por acesso à construção do saber na pós-graduação indicam uma mudança no paradigma no plano cartesiano dominante, que por muito tempo fechou os olhos para as pautas das mulheres produtoras de ciência e saber.

Outro fator importante na compreensão da presença das mulheres nesses programas é a categoria da raça, pois como já discutido, o somatório dessas intersecções refletem no quantitativo de seus ingressos no *stricto sensu*, como é possível visualizar no Gráfico 2.

**Gráfico 2** – Discentes do sexo feminino e raças autodeclaradas na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (2017 – 2020).



Fonte: Adaptado a partir dos dados da CAPES (2021).

Ao observarmos o Gráfico 2, é possível analisar que, se somadas todos os ingressos das autodeclaradas por cor e raça, em 2017 havia 93.180 mulheres nos programas de pós-graduação no Brasil; em 2018, 107.011 mulheres; em 2019, 115.936; no ano de 2020, um número de 119.509. Isso significa que a taxa de crescimento percentual de 2017 para 2018 foi de 14,84%; 8,34% de 2018 para 2019; e de 3,08% de 2019 para 2020.

Outro aspecto a ser observado é o crescimento, ainda que bastante tímido, do ingresso de mulheres negras – pardas e pretas – no espaço da pós-graduação no Brasil entre os anos de 2017 a 2020. Em 2017 havia 23.063 mulheres negras; em 2018, esse número subiu para 27.998; em 2019, foi para 32.261; e em 2020 alcançou um número de 34.998 mulheres negras acessando o espaço da pós-graduação.

Na ordem dessas análises, em termos percentuais, houve um aumento de aproximadamente 21,39% de ingresso de mulheres negras de 2017 para 2018; 15,23% de 2018 para 2019; e 8,48% de 2019 para 2020. Embora se observe um declínio na linha consecutiva dos anos, que reflete o refluxo dos investimentos governamentais na pós-graduação e, principalmente, das políticas de inclusão entre 2016 e 2022, ainda assim é um percentual geral crescente e deve ser considerado, pois, em quatro anos, o grupo de mulheres negras cresceu, aproximadamente, 51,75%, avaliando o percentual de diferença entre 2017 e 2020.

Assim, essa evolução remete a uma série de fatores supracitados de movimentos em busca de equidade entre os gêneros, as raças e as etnias na sociedade, em que tais modificações começam a incidir no aumento da presença das mulheres negras – pardas e pretas – nos mestrados e doutorados do país. Por exemplo, a adesão do sistema de cotas raciais e de baixa renda em instituições como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade de Brasília (UnB), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) antes do estabelecimento nacional da Lei nº 12.711, em 2012, sobre o sistema de cotas para o ensino superior, é uma possibilidade para as mudanças das desigualdades sofridas pelas mulheres negras, como constata o relatório do Pnud acerca da restrição à educação, da entrada precoce no mercado de trabalho e da exposição às diversas violências.

O Gráfico 2 também demonstra uma disparidade na distribuição entre os perfis de raça das mulheres que estão nesses programas no Brasil e seus respectivos quantitativos. Assim, ao observá-lo fica evidente os altos índices de acesso de mulheres brancas comparado ao número de mulheres negras, no qual apresentou um percentual de diferença de aproximadamente 44,81% para a categoria branca entre os anos 2017 a 2020.

Ou seja, apesar da crescente ocupação das mulheres em espaços como esses, conquista de anos de lutas, ainda há uma lacuna também acentuada no ingresso das indígenas e amarelas no espaço da pós-graduação, consequência de outras opressões cruzadas, como o racismo.

Ademais, ao realizar um cruzamento dessas variáveis com o quantitativo populacional do país, observando por Cor e Raça, os dados do Censo Demográfico do IBGE apresentam que 0,4% da população se autodeclara amarela; enquanto 0,6%, indígena; 10,2%, preta; 43,5, branca e 45,3%, parda. Essas variáveis vão evidenciar que a ocupação do espaço do saber não acompanha historicamente a diversidade apresentada na população, a exemplo da população negra, que compõe 55,5% do país, mas tem um baixo ingresso na pós-graduação (IBGE, 2022).

Destarte, enquanto um grupo étnico-racial de mulheres brancas luta para se manter nos programas, outras ainda lutam pelo acesso ao ensino superior. Desse modo, o racismo estrutural, com as relações capitalistas que fundaram a civilização moderna, reflete essa disparidade de oportunidades. Nas linhas desta pesquisa, ancorada nos estudos sobre sistema colonial de gênero moderno, retomamos a autora Lugones (2008, p. 99), quando afirma que é preciso esforços para desvelar essas disparidades:

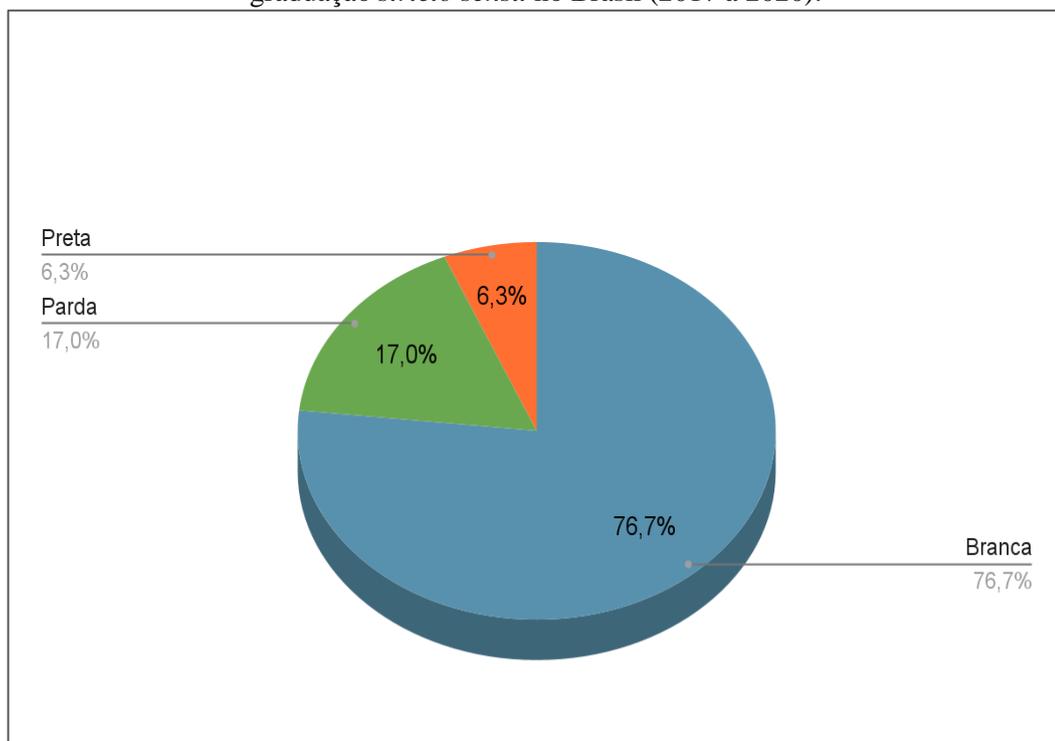
Hay trabajo hecho y por hacer en el puntualizar los lados visible/claro y oculto/oscuro de lo que llamo el sistema de género colonial/moderno. Presento esta

organización social a grandes trazos para iniciar una conversación y un proyecto de investigación y educación popular colectiva y participativa, con los que quizás podamos comenzar a ver, en todos sus detalles, los procesos del sistema de género colonial/moderno en su larga duración, entramados en la colonialidad del poder hasta el presente.

Assim, na perpetuação desse sistema imerso na colonialidade, é possível perceber o dispositivo de racialidade operando no campo da educação superior. Aqui está a disputa secular que se configura pelo espistemicídio do conhecimento, conforme afirma Sueli Carneiro (2023), com a depreciação do saber do outro e ode à razão, na perspectiva positivista. Assim, a presença de pessoas de várias raças e etnias nesses espaços não representa apenas um corpo circulante, mas saberes que se manifestam e disputam epistemologias no mundo acadêmico.

O Gráfico 3 evidencia, entre os anos de 2017 e 2020, o percentual das autodeclarações de raça das mulheres matriculadas na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Embora haja um aumento da presença do gênero feminino, bem como constância desses números, sendo indicadores importantes das mudanças paradigmáticas na produção científica e na construção do papel social do ser mulher, se faz necessário problematizar, a partir das discussões já levantadas, a predominância do quantitativo da raça branca sobre a negra nos programas de mestrados e doutorados.

**Gráfico 3** – Percentual de discentes do sexo feminino autodeclaradas brancas, pardas e pretas na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (2017 a 2020).



Fonte: Adaptado a partir dos dados da CAPES (2021).

Assim, apesar de as mulheres serem maioria na população brasileira, com 51,5%, conforme aponta o Censo Demográfico (IBGE, 2022), nesse percentual, a maioria é composta por mulheres negras, cerca de 28,5%. Porém, conforme exposto anteriormente, a superioridade numérica não é garantia de ocupação de espaços de poder e saber. Esse panorama mostra o quão estruturante o racismo é na distribuição de acesso aos espaços formativos e educativos, bem como a sobreposição de opressões que incidem sobre as mulheres negras, provocando a interdição na participação em vários espaços, como acentua Carneiro (2023). Esse processo dificulta não apenas o ingresso da mulher negra no *stricto sensu*, mas também a sua legitimação em autoridade no ambiente científico da universidade.

Em razão dessa desigualdade, as políticas afirmativas ganham notoriedade enquanto estratégias de reconhecimento, valorização e criação de oportunidades para as populações subalternizadas, em que as cotas, pautadas pela Lei n. 12.711 (Brasil, 2012), para acesso ao ensino superior por pessoas indígenas, negras, de baixa renda, classes e povos desfavorecidos socialmente, possibilitam uma redução dos danos causados pela modernidade-colonialidade, em direção à equidade de acesso, inclusão e justiça social entre raças e gêneros no contexto brasileiro.

Nesse sentido, uma estratégia interna do ambiente escolar, já em vigor, é a Lei n° 11.645/2008 (Brasil, 2008), que torna obrigatório o estudo histórico sobre a cultura indígena afro-brasileira em todos os níveis da educação no Brasil, bem como de outras políticas afirmativas e modificações estruturais epistêmicas que incidam nesse cenário. Conforme discorre Almeida (2010, p. 35), “a criança é socializada a partir de uma herança de estereótipos cuidadosamente trabalhados ao nível simbólico, desvendando os códigos sociais das relações de dominação e subordinação do gênero”. Essa herança sociocultural patriarcal que reverbera na noosfera, no mundo das ideias (Morin, 2000) e em muitas das ações concretas, ainda se infiltra nas práticas educativas dos grupos sociais, sendo necessário que dentro da escola se utilize pressupostos que viabilizem e ampliem o papel do fazer ciência à mulher.

Portanto, ao se discutir o lugar de acesso das mulheres, levando em conta sua diversidade étnico-racial, seus conhecimentos produzidos, valorizando suas produções científicas, cria-se espaço para outras narrativas, corroborando no processo de decolonialidade do poder e do saber. Cabe reafirmar que, para além do acesso das mulheres brancas, amarelas, indígenas e negras na academia, é preciso garantir a legitimação de suas produções e considerá-las como autoridades epistêmicas.

## 5 Considerações finais

---

A partir da sistematização e análise dos perfis dos(as) discentes na pós-graduação *stricto sensu*, o primeiro dado a ser ressaltado é: entre os anos de 2017 e 2020 havia mais mulheres que homens na pós-graduação *stricto sensu*. Essa realidade se mostra como um indicador das mudanças sociais e paradigmáticas que incidiram no atual acesso ao ensino superior, considerando o contexto histórico da restrição das mulheres ao processo de escolarização brasileira. Ao mesmo tempo, quando levamos em conta a raça e a etnia, há que se considerar a interdição de mulheres negras e indígenas ao ensino superior que repercute na pós-graduação, com uma participação muito menor do que das mulheres brancas, ainda que crescente, evidenciando a ação do dispositivo de racialidade. Essa mudança no acesso de mulheres à pós-graduação tem sido garantida pela introdução de políticas de ações afirmativas no campo da educação, fruto da luta das mulheres negras em suas organizações.

Em segundo lugar, a presença das mulheres nos programas de mestrado e doutorado evidencia que há um interesse na continuidade dos estudos acadêmicos por parte delas, sinalizando o que já foi discutido a respeito do direito ao saber e da reivindicação de acesso aos espaços formativos, explicitando como a relação de poder patriarcal limitou as oportunidades de ascensão social feminina.

Observamos, como lacuna a ser explorada em outro estudo, o levantamento quantitativo de mulheres que optaram por não autodeclarar sua raça/cor ou etnia, uma ausência importante, pois esses dados permitem a criação de políticas afirmativas mais aproximadas da realidade.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a presença de mulheres no *stricto sensu* sinaliza, positivamente, a confirmação de que as lutas e as mudanças sociopolíticas impactaram no aumento do acesso das mulheres no ensino superior. Ao mesmo tempo que as ausências, sobretudo das mulheres negras e indígenas, evidenciam a existência de um longo percurso a ser percorrido para que as desigualdades entre os grupos étnico-raciais e as opressões cruzadas sejam combatidas.

Portanto, considerando o contexto de adesão ao sistema de cotas nas matrículas das universidades brasileiras para pessoas negras, indígenas e quilombolas, e outros grupos subalternizados, se faz necessário reforçar a importância de políticas afirmativas como as dos cursos de pós-graduação, pois a sua adoção ainda não é universal.

Assim, há diversos fatores que irão implicar na garantia plena de acesso das mulheres nos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, que, por sua vez, é um lugar de formação que constrói e legitima as produções científicas acadêmicas, sendo também um espaço de poder e de reconstrução de narrativas. O acesso das mulheres, sobretudo das mulheres negras e indígenas, modifica o contexto cartesiano colonial vigente, abre espaço para outras epistemologias e construções científicas emergentes no meio acadêmico e rompe, principalmente, com o epistemicídio, pois não são apenas os corpos não brancos que circulam, mas suas ideias e temas de pesquisa.

É a partir da titulação de mestras e doutoras que mulheres podem ingressar como docentes no ensino superior, corroborando o aumento de sua presença nos espaços acadêmicos e a construção de uma representação feminina, que por muito tempo foi vinculada ao exercício não remunerado do cuidar irrefletidamente.

Nessa perspectiva, as políticas públicas que visam a garantia de acesso e permanência dessas mulheres, como as bolsas de estudos, são de suma importância, como uma forma de garantir ainda a subsistência mínima de mulheres para que possam ascender a espaços como esse, se assim for seu desejo. Essa permanência garante a reconstrução dos imaginários, o reforço das mulheres como protagonistas, criadoras de suas histórias, pertencentes aos espaços de poder, saber e decisão, ativas nos movimentos de modificações sociais paradigmáticas.

Ademais, foi observado, nesse levantamento de perfis, uma lacuna no uso da terminologia de *gênero*, pois a CAPES ainda utiliza o termo *sexo* na disponibilização desses dados, não abarcando as particularidades e características diversas existentes na sociedade em mudança. Devido a isso, é compreendido aqui que a escolha pela palavra *gênero* é uma forma de ampliar essa discussão.

Em suma, é relevante destacar que a educação tem um papel importante dentro do processo decolonial firmado na emancipação, desconstrução de imaginários e práticas limitantes universais que direcionam papéis pré-estabelecidos entre os gêneros, as etnias e as raças, sendo fundamental, nesse processo, a circulação e apropriação de espaços pelas mulheres no âmbito da universidade e da sociedade, enquanto se luta para a consolidação de uma mudança macroestrutural: sócio-política-cultural, que venha incidir numa consciência social pautada na equidade entre gêneros, raças e etnias e na ruptura das interdições.

Compreender a presença das mulheres, em particular das mulheres negras, nos cursos de mestrado e doutorado no Brasil é problematizar seu contexto histórico de marginalização, para terem direito de realizar escolhas diante de suas próprias vidas, sem serem enquadradas em condicionamentos pré-estabelecidos pela sociedade, pois corpos femininos de negras, amarelas, indígenas, quilombolas, trans, ciganas e brancas também querem e podem, além de acessar, legitimar seus saberes na produção da ciência do país.

## Referências

---

ALMEIDA, A. **A construção social do ser homem e ser mulher**. Salvador: EDUNEB, 2010.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, C. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Ensino Superior. Mulheres permanecem como maioria na pós-graduação brasileira. **CAPES**, Brasília, DF, 8 mar. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/mulheres-permanecem-como-maioria-na-pos-graduacao-brasileira>. Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Ensino Superior. **Relatório de avaliação quadrienal 2021**. Brasília, DF: CAPES, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022\\_RELATORIO\\_AVALIACAO\\_QUADRIENAL\\_c\\_omnotaServioSocial.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_c_omnotaServioSocial.pdf). Acesso em: 29 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Ensino Superior. Governo Federal inclui pós-graduação na Lei de Cotas: Presidente Lula sancionou a atualização da legislação para ampliar a presença de grupos sub-representados na educação superior. **CAPES**, Brasília, DF, 31 maio 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-inclui-pos-graduacao-na-lei-de-cotas>. Acesso em: 2 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico: cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:

[https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm\\_source=ibge&utm\\_medium=home&utm\\_campaign=portal](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal). Acesso em: 29 maio 2024.

CARAÇA, J. Um discurso sobre as ciências passadas e presentes. *In*: SANTOS, B. de S. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S.A, 2023.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, p. 171-188, 2002.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSGOUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. *In*: BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. São Paulo: Respectiva, 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2022.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa Bogotá**, Colombia, n. 9, p. 73-101, 2008.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, 2017.

MORAES, L. L.; SILVA, R. A.; SIEBER, S. S. Os avanços da escolaridade feminina: de quais mulheres estamos falando? **SciELO Preprints**, São Paulo, 2024.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à Educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório do PNUD avalia desenvolvimento humano no Brasil antes e depois da pandemia de covid-19: Lançamento marca os 25 anos do IDH no país e aponta para necessidade de enfrentar desigualdades de raça e gênero. PNUD, Brasília, DF, 29 maio 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/relatorio-do-pnud-avalia-desenvolvimento-humano-no-brasil-antes-e-depois-da-pandemia-de-covid-19>. Acesso em: 1 jun. 2024.

RIBEIRO, C. Mulheres negras e indígenas são 2,5% dos professores de pós-graduação: Pesquisa da UERJ quantificou desigualdade racial na ciência. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 22 nov., 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2023-11/mulheres-negras-e-indigenas-sao-25-dos-professores-de-pos-graduacao>. Acesso em: 2 jun. 2024.

SANTOS, C. La apropiación de las TIC por mujeres negras brasileñas. In: GUENA, M.; SANTOS, C. (orgs.). **Racismo na comunicação: até quando**. Curitiba: CRV, 2022, p. 135-163

SILVA, F. P. A. Saberes de vidas: rodas interativas, diálogos e o movimento de mulheres negras. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, 2022.

SILVA, J. S. Territórios e interculturalidade na perspectiva da educação contextualizada. In: ANAIS DO II COLÓQUIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO E III WORKSHOP NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, 2, 2013, Juazeiro, **Anais** [...]. Juazeiro, 2013. Disponível em: <https://ppgesa.uneb.br/wp-content/uploads/2022/08/Jose-de-Souza-Silva-Territorios-e-interculturalidade-na-perspectiva-da-educacao-contextualizada.pdf>. Acesso em: 31 maio 2024.

STAMATTO, M. I. S. Um olhar na História: a mulher na escola (Brasil: 1549 – 1910). Programa de Pós-Graduação em Educação – UFRN. **II Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2002. Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3936242/a-mulher-escola-brasil-colonia.pdf>. Acesso: 31 maio 2024.

TABAK, F. Gênero, conhecimento, ciência e poder. In: CARVALHO, M. E. P.; PEREIRA, M. Z. da C (orgs.). **Gênero e Educação: múltiplas faces**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

TOSI, L. Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 10, p. 369-397, 1998.

VENTURINI, A. C. A presença das mulheres nas universidades brasileiras: um panorama de desigualdade. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 11, p. 1-15, 2017. Disponível em:

[https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500230828\\_ARQUIVO\\_AnnaCarolinaVenturini\\_Texto\\_completo\\_MM\\_FG.pdf](https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500230828_ARQUIVO_AnnaCarolinaVenturini_Texto_completo_MM_FG.pdf). Acesso em: 31 maio 2024.